

Qual o lugar da EJA no MEC?¹

Analise Da Silva²

Boa tarde a cada um e a cada uma!

Em uma reunião, em 2009, entre representantes dos Fóruns de EJA e o então secretário da SECADI, o professor Andre Lázaro, manifestamos nosso estranhamento com o fato de um governo democrático popular já haver assumido o poder executivo há seis anos e ainda estarmos lidando com dados do IBGE, do IPEA, do INEP e de outros órgãos de assessoramento do governo federal, onde ainda se falava em partos de mulheres a partir dos 10 anos de idade, onde ainda se falava em população economicamente ativa a partir dos 10 anos de idade.

Pensar qual é o lugar da EJA na SECADI, talvez só seja possível se pensarmos qual é o lugar da SECADI no MEC. Talvez também devamos pensar qual é o lugar do MEC no governo federal. Quando dizemos pensar, estamos falando de questionar, de refletir, de colocar na pauta dos Fóruns e dizer qual é a nossa reivindicação, qual é o nosso pleito, pelo que é que lutaremos, que contribuição nos propomos a dar para que pensar a educação dos diferentes que contemple as diferentes diferenças, no governo federal, seja uma realidade concreta.

‘Mas já é’, podem imaginar alguns. NÃO. Não é. Podemos afirmar que não é por muitos motivos. Um exemplo rápido é que, ao solicitar passagem para uma educanda com 60 anos que nunca viajou de avião, não se considerou a necessidade de ela viajar junto a outros membros de sua delegação. E isto vale para a aquisição de vale-transporte para

¹ Fala na Mesa Temática do XIII Eneja realizado em Natal/RN, na tarde do dia 11 de setembro de 2013, representando o posicionamento construído coletivamente pelos Fóruns de EJA do Brasil na CNAEJA.

² Representante dos Fóruns de EJA do Brasil na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA).

que educandos quilombolas, indígenas, faxinalenses, das favelas nos grandes centros e tantos outros, cheguem a espaços educativos para desenvolver atividades que são direitos seus já conquistados historicamente faz mais de duas décadas. Por que há mais de duas décadas? Porque estão previstos na Constituição Federal que foi aprovada em 1988.

‘Aff!!! Mas isso foi só um incidente!!’ NÃO. Não foi. Isto foi o resultado da ausência de uma política séria e efetiva de inclusão social. Também no bandeirão da UFMG não temos alimentos específicos para estudantes de graduação indígenas, de um Curso de Pedagogia Indígena, assim como não temos hospedagem nem para esses e nem para os estudantes de graduação do campo, de um Curso de Pedagogia do Campo. No Brasil Império, dependurava-se bacalhau nas portas das vendas e aquela iguaria ficava ali por tempos inenarráveis ao sol, à chuva, à poeira. Quando se recebia uma visita importante em casa, buscava-se por uma carne fresca. Quando a visita não era alguém a quem se pretendia agradar, comprava-se o bacalhau de porta de venda e se dizia: PARA QUEM É, BACALHAU BASTA.

E é isso o que se percebe na política de efetivação dos direitos conquistados para a EJA. Na lida conosco, nas demandas dos Fóruns de EJA do Brasil, podemos afirmar que os técnicos da SECADI, da SETEC e da SESU fazem o que está ao seu alcance e um pouco mais, mas não são eles que deliberam o tratamento que se deve ter com os sujeitos das diversidades. Eles não aprovam política política.

O que podemos fazer para evitar o desgaste?

O slogan do primeiro ENEJA foi: *“Em busca de uma política integrada de educação de jovens e adultos: articulando atores e definindo responsabilidades”*. Isso foi resultado de uma caminhada histórica, pois, na Conferência de Hamburgo, o Brasil assinou diversos compromissos públicos, dentre os quais o de participar da estratégia regional de continuidade das políticas nacionais, coordenada pela

UNESCO. Foi no âmbito dessa estratégia que, em outubro de 1998, realizou-se um seminário nacional em Curitiba, preparatório à reunião sub-regional dos países do Mercosul e Chile, que ocorreu em Montevideu em novembro do mesmo ano. Nas reuniões de Curitiba e Montevideu, ficou indicada a necessidade de promoção periódica de encontros nacionais de Educação de Jovens e Adultos, tradição essa inaugurada em setembro de 1999 com a realização do I ENEJA no Rio de Janeiro, cujo tema foi a construção de uma política articulada entre os diferentes segmentos governamentais e não governamentais.

Desde lá vimos, num desdobramento daquele processo, pretendendo dar continuidade ao debate iniciado no Encontro do Rio acerca da ampliação e melhoria da qualidade da educação de educandos jovens e adultos no Brasil. Nós, os Fóruns de EJA do Brasil, temos nos proposto a colocar em discussão os conceitos de alfabetização e continuidade que informam diferentes projetos de Educação de Jovens e Adultos em curso no país.

Temos buscado localizar e pautar a divisão das responsabilidades entre os organismos governamentais das três esferas administrativas e as organizações da sociedade civil para a consecução das metas relativas à Educação de Jovens e Adultos previstas no Plano Nacional de Educação. Problematizamos questões quanto a quem cabe cumprir as metas; analisamos os compromissos internacionais da EJA e enfocamos questões específicas da Educação Básica e do significado do mundo da cultura em relação com a EJA, assim como discutimos o sentido do trabalho na construção do currículo. Com dinâmicas diferentes que vão, desde reuniões mensais até encontros semestrais, nos reunimos em plenárias em nossos estados e no DF, visando ao encaminhamento de proposições e estratégias de luta a serem seguidas pelos diferentes movimentos de resistência que avançam em todo o país em defesa do direito à EJA.

Sempre avaliando comprometimento e continuidade, pensamos a

partir de nosso posicionamento em relação à prioridade política dada à Alfabetização de Jovens e Adultos no país — saber ler e escrever como cumprimento de um direito humano fundamental, à continuidade da escolarização como direito, ao cumprimento do Ensino Fundamental, seguido do acesso ao Ensino Médio que antecederá a instituição da política de ações afirmativas via cotas para os estudantes universitários egressos da EJA. A gente não quer só comida... A gente quer, luta e colabora com a construção de política pública que entenda a EJA como direito da Alfabetização à Educação Superior.

Entendemos que não basta que a conquista da Educação de Jovens e Adultos como direito seja respeitada. Avaliamos que, assim como ter o direito a ser negro, a ser mulher, a ser homossexual, a ser praticante de religião de matriz africana, ter todos esses direitos respeitados, não impede a existência de uma prática social racista, machista, homofóbica, preconceituosa e excludente, também ter a EJA como direito respeitado, não impede a existência de uma prática social discriminatória.

Por exemplo, na quase totalidade das universidades públicas do país, os egressos da EJA não têm direito à isenção da taxa de matrícula. Por outro exemplo, em um número significativo dos mais de cinco mil municípios brasileiros, a EJA ou não é desenvolvida, ou, quando é, o é como projeto, programa e não como MODALIDADE prevista em lei. Por um outro exemplo, o próprio governo federal ainda não derrubou, na íntegra, o veto imposto à EJA em seu financiamento, pelo governo FHC.

Há, porém, um longo percurso a fazer, para consolidar a luta histórica dos movimentos da sociedade e das diversas formas de expressão institucional para além da alfabetização como integrante da Educação de Jovens e Adultos, seja pela execução de programas e projetos, pela formação de educadores populares/professores, pelos estudos e pesquisas na área, pela avaliação, pela elaboração de livros

didáticos.

A alfabetização é tarefa inadiável, mas não é suficiente, nem pode satisfazer aos que há mais de uma década defendem o cumprimento da Educação Básica para todos, assim como a perspectiva da educação continuada, traduzida pelo aprender por toda a vida, exigência e necessidade da sociedade contemporânea.

Observamos que muitas demandas dos Fóruns organizados vieram sendo incorporadas nas agendas políticas, o que, no entanto, não apaziguou o temor, quando faz seis anos que aderimos ao chamado feito pelo MEC, por meio da, então, SECAD, para que nos alinhássemos como parceiros privilegiados na construção de uma política pública de educação de qualidade social para/com e de jovens e adultos e idosos.

Até aqui, tal parceria privilegiada deixou de fazer efeito nos anos de 2011 e 2012, quando sequer fomos recebidos pela titular da pasta na SECADI para dialogar, apesar da insistência na solicitação. Mesmo as inúmeras ações que repercutiram tal parceria, incluindo-se aí o alinhamento da UNESCO na luta dos Fóruns pelo direito à EJA, cessaram, ou quase o fizeram.

De tal parceria se mantém o reconhecimento e a legitimação de assento ao movimento dos Fóruns, como interlocutores potentes para a discussão das políticas públicas, na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA, na qual eu e o companheiro Nilton representamos os Fóruns de EJA do Brasil, até dezembro deste ano.

O desafio das conquistas em relação à concepção do que é a EJA e de como deve ser tratada pela política pública, no entanto, não agregou recursos públicos reveladores dessa mudança de curso, da forma esperada. A política econômica segue, ainda, sendo um forte limitador do avanço das áreas sociais, pelos compromissos firmados externamente com agências multilaterais, de pouca flexibilidade no

tocante ao pagamento das dívidas sociais que a história de nosso povo deixa evidenciadas.

No cenário político, as disputas econômicas acentuam-se, com a recente ameaça de AINDA MAIS cortes nas receitas, diante dos riscos iminentes, alertando para as NOVAS perdas — e, conseqüentemente, novas lutas — por recursos para a educação PÚBLICA, GRATUITA, LAICA E DE QUALIDADE SOCIAL, para todos os que desejam escolarizar-se.

O ENEJA, com 384 delegados credenciados, chega à sua 13ª edição em momento precioso do cenário político nacional.

Na crise de ética que assola a nossa sociedade, a EJA mostra-se ainda mais necessária, segura de que deve continuar ainda mais forte a luta em torno do direito, entendendo que a educação é um dos caminhos de transformação, mas que, sozinha, é incapaz de alterar as condições da sociedade, maltratada pela perversidade que mantém a desigualdade enorme, regida pelo capital econômico que se pretende mais poderoso do que a vida humana e que, em muitos momentos, permitimos que seja. E isso ocorre em detrimento das políticas de inclusão da enorme parcela social carente e credora de direitos à educação, à saúde, ao emprego, à vida digna — e esperançosa, desde o pleito eleitoral de 2002, na mudança de rumo político-financeiro na economia.

A ruptura não veio. Ainda não veio. Entendemos que é nossa responsabilidade como movimento social, ação coletiva, ou bando de gente que luta pelo direito à educação, movermo-nos para que a situação original seja alterada. Alternativas de acesso aos mundos do trabalho encontradas pela população buscam outra lógica, a da economia solidária, ampliando a inclusão dos mais pobres, com inflexão exigente da mediação da educação. Reconhecem-se esforços e avanços no campo da EJA, mas ainda restritos a orçamentos que não tomam a área como a anunciada prioridade de governo. Caminha-se,

mas os passos são ainda tímidos para se efetivar a educação como prioridade. Entendemos que educação é tudo o que está previsto na LDB e não somente ALGUMAS AÇÕES para a infância e UM MUNDO DE AÇÕES para levar mão-de- obra para o mercado.

Assim, entendemos que camínhasse, mas a passos curtos, e o horizonte das necessidades parece ficar cada vez mais distante: afrodescendentes, indígenas, mulheres, jovens, idosos, adultos, desempregados, desescolarizados, não-alfabetizados, sem teto, sem terra, moradores de comunidades periféricas, pobres, na cidade e no campo, representam a diversidade dos sujeitos que demandam atendimento singular, que, no mais das vezes, se reforçam com os atributos perversos da desigualdade e da injustiça social, por não serem uns e outros, mas os mesmos, fortemente privados dos outros direitos aos quais o direito à educação de qualidade social aponta o acesso.

Sabemos que a educação não é um direito em si. Ela é direito que permite acessar a outros direitos. É ela que permite que saibamos o que estamos assinando; o que está escrito em nossa receita médica; o que a lei diz que é nosso direito...

Qual é o lugar da política para as juventudes presentes na EJA na SECADI?

O ENEJA, em cada uma de suas edições, pretende contribuir para a mudança da visão excludente em que se situam os jovens como “problema” e não como sujeitos de direitos. São sujeitos e, portanto, carregam suas especificidades geracionais, culturais e dos entornos sociais nos quais se inserem. Não são problemas e não se pode permitir que os situem como problemas. Todos os delegados são parceiros na construção de uma sociedade justa e igualitária, em que as diferenças sejam reconhecidas e não mais negadas. Assim como

exigem os movimentos sociais nas ruas, unificados aos movimentos não organizados que marcaram nosso junho passado como o mês em que vimos a ponta do iceberg, nós, Fóruns de EJA do Brasil, queremos ser reconhecidos. Entendemos que ser respeitados não nos garantiu a efetivação dos direitos conquistados na legislação.

Os jovens, a cada dia, constituem parte significativa da EJA e é preciso formar educadores cotidianamente, e em serviço, para trabalhar com eles, assumindo-os como sujeitos. Eles, os adultos e os idosos, querem seus direitos reconhecidos. Os educadores deles, dos adultos e dos idosos, querem seus direitos reconhecidos.

Os Fóruns, como legítimos movimentos em prol da EJA, mantêm-se cada vez mais irredutíveis em defesa do cumprimento do direito constitucional ao ensino fundamental e defendem que todos os brasileiros jovens, adultos e idosos, tenham a garantia da alfabetização e da continuidade até a Educação Superior pública e gratuita, laica e de qualidade social ao longo da vida. E querem ter esta defesa que fazem RECONHECIDA.

O crescimento dos Fóruns, abrangendo todo o país, conseqüentemente, exige também repensar nossa identidade, objetivos e concepções, para que continuemos a marcar o lugar político a que se propôs quando fomos criados em 1996, mas adequado ao tamanho que passamos a assumir. O ENEJA, por sua vez, não é um espaço de formação restrito, como o de congressos, seminários e conferências. Concretiza uma rede de sujeitos e instituições (educandos, educadores, entidades governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, universidades, entre outros) interessada no direito de jovens, adultos e idosos à educação.

Tal rede é composta por uma rica diversidade, que se articula para ampliar o campo da EJA, suas concepções, práticas e políticas. A participação no ENEJA tem como objetivo central discutir e deliberar nossa pauta de lutas pelos próximos dois anos e fomentar as

discussões e deliberações nos estados, municípios, no DF, instituições, movimentos.

A disposição de luta dos Fóruns, revelada na pauta pela isonomia da EJA no FUNDEB em relação a todos e a cada um dos níveis de ensino correlatos, torna inequívoca sua indelével presença no contexto brasileiro do momento, cuja frente de luta mais intensa começa a ser travada a partir da proposta de financiamento pelo FUNDEB, que atende as reivindicações pela inclusão, antes inexistente, mas ainda desigual, pela crença de muitos — dirigentes, legisladores, consultores — no LUGAR MENOR DA EJA no sistema educacional, como também pelo pouco valor atribuído aos 65 milhões de brasileiros que a demandam, a quem não se consideram brasileiros do mesmo valor, para custear por igual sua educação, por não os aceitar como sujeitos de direitos. Respalda e reforça, ainda, para mudar esse quadro, a luta pela inclusão no PNE da obrigatoriedade de a União destinar à educação 10% do PIB JÁ para a educação pública. A EJA, como direito, não pode satisfazer a um mandato presidencial: precisa ir além de política de governo — fazer-se Política de Estado.

Por isso, outro lugar da EJA que visualizamos é o de sua presença nas falas dos governantes. Conclamamos a Secretaria da SECADI a travar conosco a luta para que, a partir de hoje, nenhum discurso oficial do MEC seja proferido sem que a Educação de Jovens, Adultos e Idosos seja citada, referenciada e refletida.

Recentemente, o Conselho Nacional de Educação chamou um seminário para discutir a revisão das diretrizes curriculares nacional, e a temática da EJA não foi sequer citada.

No ano passado, falamos em nosso ENEJA sobre *“A Educação de Jovens e Adultos no cenário da VI Conferência Internacional de Educação ao Plano Nacional de Educação (PNE 2011 a 2020): avanços, desafios e estratégias de lutas dos Fóruns de EJA”*, objetivando a construção coletiva de ações que resultassem em uma efetiva

participação dos Fóruns de EJA do Brasil, na elaboração de políticas públicas de Estado que consolidem o direito e reconfigurem o campo da EJA à luz da Educação Popular, através da discussão colegiada.

Naquele momento registramos a ausência da Secretária da SECADI e, embora tenha enviado um representante, lamentamos o quanto sua presença poderia contribuir para os debates.

Que adequado, que desejável, que apropriado seria que pudesse estar conosco hoje, senhora secretária Macaé Maria Evaristo!! Sua presença marcaria a destacada a importância histórica dos Fóruns para a efetivação das políticas públicas de Estado voltadas para a EJA, em especial porque estamos imersos no contexto das deliberações da VI CONFINTEA, através do Marco de Ação de Belém –2009, e também da discussão e aprovação do PNE 2011-2020. Naquele diagnóstico da população brasileira acima de 18 anos, a qual representa mais de 70% dos brasileiros, vemos que apenas 9% estão matriculados em algum nível ou modalidade de ensino. Mesmo ausente, a convidamos a contribuir para que o número de educandos da EJA matriculados pare de diminuir. E estamos dispostos a contribuir para isso também.

Precisamos que se junte a nós para destacar que, com relação ao PNE, ressalta-se que as metas construídas pela sociedade civil, defendidas pelo movimento dos Fóruns de EJA, estão assentadas numa concepção diferente daquelas expressas no PL 8035/2010, tais como o uso do conceito “erradicação do analfabetismo” e a cisão entre “Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos”, que expressam paradigmas superados, desde os anos 60 do século XX, por Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto, dissonantes, inclusive, da VI CONFINTEA, de que o Brasil é signatário. É fundamental, ao localizarmos qual é o lugar da EJA no MEC, identificarmos que se faz imperioso enfrentarmos as posições divergentes que existem no país, no que concerne a um projeto de educação frente a um projeto de nação.

Propomos que faça coro conosco à aprovação do PRONAFEJA que prevê recursos públicos aplicados em ações organizadas e realizadas pelos Fóruns de EJA do Brasil, previstas anualmente.

A interrelação e o fortalecimento dos Fóruns estaduais e a afirmação da presença dos educandos como sujeitos da própria história, e por isso coautores da política pública de EJA, são alguns dos elementos decorrentes da avaliação realizada durante o processo de construção dessa 13ª versão do ENEJA. Nesse sentido, é fundamental lembrar que os educandos, no ENEJA passado, destacaram o PROEJA como possibilidade de realização de um curso qualificado, como projeto integrador, como uma experiência do Projeto Integrador é um facilitador da aprendizagem. Ali também, o MOVA foi apontado como um espaço de formação que tem por base os saberes dos educandos que, por isso, não se envergonham de sua condição, compreendendo-a na perspectiva freireana de superação, também como oportunidade para os educandos frente à perspectiva ainda burocratizada da escola.

Convidamos à reflexão sobre o lugar da EJA na SECADI, no MEC, no Governo Federal quando voltamos a frisar, e isto fazemos historicamente, que não há evasão na EJA. O que temos são afastamentos temporários e os mesmos devem ser tratados com seriedade. E não estaremos tratando com seriedade se continuarmos contabilizando educandos que se foram para o trabalho sazonal, para cuidar do recém-nascido, para cuidar do idoso adoentado, para o tratamento de saúde, como alguém que se evadiu e que, portanto, deixou uma vaga que precisa ser preenchida antes que a turma seja fechada.

Estamos (re)construindo e (re)criando os caminhos da EJA na direção de uma política pública, trajeto complexo porque cheio de possibilidades. Portanto, cabe, ao perguntarmos qual é o lugar da EJA na SECADI, perguntar quais são as escolhas conceituais, quais são as concepções a que se aderiu para, a partir destas, e no diálogo teoria-

prática, forjarmos na práxis os inéditos-viáveis constitutivos da Educação Popular Freireana.

Impossível falar em escolhas conceituais sem falar no PRONATEC.

Somos contrários ao PRONATEC, primeiramente, pelo seu caráter privatista e contrário às deliberações construídas na I CONAE, pois, da forma em que se estrutura hoje, o financiamento do mesmo pelo Governo Federal significa realocar dinheiro PÚBLICO para iniciativa privada.

Somos contrários ao PRONATEC por entendermos que esse programa reforça o lugar da subalternidade das camadas populares, pois fortalece a concepção que vê para as elites, uma formação holística e de cultura geral, já para as camadas populares uma educação de cunho técnico, para garantir a qualificação mínima para o mercado de trabalho.

Somos contrários ao PRONATEC, pela completa desarticulação entre o "percurso formativo" oferecido à população (e diga-se de passagem, de qualidade duvidosa, sem nenhum tipo de crivo social) e a garantia do direito à Educação Básica, contemplado na constituição.

Assim, convidamos o MEC, por meio da SECADI a fazer conosco esta adesão conceitual, pois avaliamos que não há lugar para a EJA no PRONATEC.

Qual é o lugar da EJA nas Prisões na SECADI, uma vez que os planos estaduais de educação nas prisões foram encaminhados em 2012, mas ainda não foi dada nenhuma devolutiva aos Estados?

Qual é o lugar da EJA no MEC, quando Fóruns de EJA, educandos de EJA não têm acento no Fórum Nacional de Educação e, embora saibamos que não é a SECADI quem resolve isso, queremos contar com o pleito da SECADI junto àquele fórum nacional, solicitando

nossa presença lá? 'Mas outros Fóruns vão querer', dirão alguns. E tomara que também consigam, dizemos nós.

Qual é o lugar da EJA na SECADI, quando pensamos uma agenda que nos coloque em contatos mais frequentes, não necessariamente presenciais, não necessariamente de aquiescência, mas, necessariamente, de escuta reconhecadora?

Qual é o lugar da EJA na proposta de Formação de Educadores pensada pela SECADI? Construir quadros instáveis de educadores nas redes não contribui para que possamos ter garantidos os direitos de jovens, adultos e idosos.

Avaliamos que a estratégia de livro didático para a EJA precisa ser discutida, considerando-se que, ao afirmarmos a especificidade dos sujeitos, estamos dizendo da necessidade de currículos específicos, flexíveis, que tomem educadores e educandos como autores. Os livros didáticos, tal qual estão postos, são um amontoado de conteúdos genéricos e fazem o contrário do que afirmamos como concepção de EJA. E a SECADI? Quando pensa o livro didático, pensa qual lugar para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos?

Ao falar sobre o lugar da EJA na SECADI, é preciso abordar nossa preocupação e indignação com tantos retrocessos, percalços e equívocos políticos-teóricos na EJA. Afinal, nada do que foi arrolado por nós aqui, representando os Fóruns de EJA do Brasil é novidade! Sendo assim, o que apresentamos é a necessidade de se transformar esta mesa em um momento de repactuação (e por isto sentimos muito a ausência da Secretária da SECADI) repactuação na qual só podemos concordar com o lugar da EJA como o lugar da efetivação do direito dos educandos. Tendo isto como princípio, os demais se constroem.

Assim, reforçamos a necessidade de uma profunda avaliação sobre as políticas de alfabetização, de continuidade, de formação, de financiamento e de organização política-pedagógica no âmbito da escolarização de jovens, adultos e idosos para aqueles que quiserem

se escolarizar e, no âmbito da educação popular, para aqueles que assim o desejarem.

Avaliamos um cenário de recuo no campo da EJA, pós VI CONFITEA, no que se refere às questões candentes da modalidade. O cardápio variado de programas, fragmentado, sem força material e social de efetivação.

Sabemos que, particularmente nesse difícil cenário de crise, a militância na educação ou na construção de uma outra sociabilidade requer paciência histórica dos avanços e retrocessos dos movimentos e recuo da consciência política, de um persistente trabalho de base e de um bom domínio teórico para sustentar nossas concepções, pois precisamos ser protagonistas de uma época já que a agenda da efetivação da EJA como política não pode esperar pela liberação das nossas agendas.

Optamos por escrever e ler, ao invés de falar, para que nossa fala fosse o mais abrangente possível.

Tomara tenhamos conseguido!

Tomara que esta 13ª edição do ENEJA renove nossas energias no campo da militância e fortalecimento dos Fóruns e outros espaços em favor da Educação da classe trabalhadora apontada para a emancipação humana! E, em especial, tomara que ao final do 13º ENEJA, nenhuma outra turma de EJA tenha sido fechada!